

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
S.A. "O Estado de S. Paulo"
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da S.A. "O Estado de S. Paulo" ("Companhia"), identificadas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da S.A. "O Estado de S. Paulo" em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos registrados pela Companhia, totalizava R\$ 86.078 mil (R\$ 87.366 mil em 2024), consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis consolidadas, juntamente com a informação de que a Administração da Companhia considera que essa estimativa envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação ao reconhecimento contábil desses ativos e suas futuras realizações.

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia é parte envolvida em diversos processos tributários, cíveis e lei de imprensa e trabalhistas que totalizam R\$ 16.041 mil (R\$ 16.200 mil em 2024), avaliados como perda provável. Focamos nesse assunto devido à relevância dos montantes envolvidos, do grau de julgamento envolvido por parte da Administração e seus consultores jurídicos na determinação se uma provisão deve ser registrada, além da complexidade e quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida. Adicionalmente, há o risco de que mudanças na avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários não sejam identificadas de forma tempestiva e, conseqüentemente, não sejam refletidas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração;
- A consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos sobre as contingências avaliadas como perda provável;
- Adicionalmente, enviamos cartas de confirmação aos consultores jurídicos externos e comparamos as posições por eles informadas sobre as avaliações da possibilidade de perda destas causas com as posições informadas pela Administração;
- Adicionalmente, avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, consideramos aceitáveis as provisões registradas bem como as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia efetuará a elaboração das demonstrações contábeis individuais separadamente, para fins de adequabilidade em relação à exigência do artigo 275 da Lei nº 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/O-9

S.A. " O ESTADO DE S. PAULO "

Balanços patrimoniais consolidados Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	37.138	20.187	Empréstimos e financiamentos	14	2.607	11.529
Contas a receber	8	44.717	42.581	Arrendamentos		2.861	991
Estoques	9	8.143	6.160	Fornecedores	16	40.129	29.935
Partes relacionadas	19	127	74	Obrigações trabalhistas	17	28.309	28.000
Impostos a recuperar	10	1.933	971	Contas a pagar e outros		2.160	3.610
Despesas e comissões antecipadas		3.410	3.197	Adiantamentos de clientes	21	17.200	19.291
Outras contas a receber		6.451	7.350	Partes relacionadas	19	167	157
Total circulante		101.919	80.520	Obrigação pós emprego	23(b)	1.243	2.083
				Programa de parcelamento fiscal	18	467	2.235
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		660	1.177
				Provisão para contingências	20(a)	11.560	9.717
				Total circulante		107.363	108.725
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	19	2.458	2.458	Debêntures	15	102.185	55.358
Depósitos judiciais	20(d)	3.372	4.755	Arrendamentos		1.484	1.775
Impostos a recuperar	10	2.136	3.472	Fornecedores	16	-	8.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(b)	86.078	87.366	Provisão para contingências	20(a)	4.481	6.483
Outras contas a receber		2.250	531	Programa de parcelamento fiscal	18	-	373
		96.294	98.582	Obrigação pós emprego	23(b)	4.237	7.479
				Outras provisões e obrigações		2.392	3.005
				Total não circulante		114.779	82.686
				Total do passivo		222.142	191.411
Investimentos		2.640	4.678	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	12	13.768	15.722	Capital social	22(a)	161.464	161.464
Intangível	13	11.691	10.756	Prejuízos acumulados		(159.056)	(142.183)
				Outros resultados abrangentes	23(b)	1.762	(434)
Total não circulante		124.393	129.738	Total do patrimônio líquido		4.170	18.847
Total do ativo		226.312	210.258	Total do passivo e patrimônio líquido		226.312	210.258

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. " O ESTADO DE S. PAULO "

Demonstração do resultado consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	24	378.617	364.299
Custos das vendas e serviços prestados	25	<u>(148.593)</u>	<u>(133.679)</u>
Lucro bruto		<u>230.024</u>	<u>230.620</u>
Despesas operacionais			
Vendas	25	(177.580)	(172.463)
Administrativas	25	(80.267)	(67.508)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	<u>11.390</u>	<u>4.251</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido		<u>(16.433)</u>	<u>(5.100)</u>
Receitas financeiras	26	13.615	2.159
Despesas financeiras	26	(14.578)	(11.749)
Variações cambiais	26	<u>105</u>	<u>(643)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(858)</u>	<u>(10.233)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(17.291)</u>	<u>(15.333)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	11(a)	575	312
Imposto de renda e contribuição social diferido	11(a)	<u>(157)</u>	<u>(317)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(16.873)</u>	<u>(15.338)</u>
Prejuízo do exercício por ação - R\$		<u>(3,57)</u>	<u>(3,25)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. " O ESTADO DE S. PAULO "

Demonstração do resultado abrangente consolidada Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício		<u>(16.873)</u>	<u>(15.338)</u>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
Ganho / (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos	23(b)	<u>2.196</u>	<u>(372)</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		<u><u>(14.677)</u></u>	<u><u>(15.710)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. " O ESTADO DE S. PAULO "

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidada
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		161.464	5.112	(62)	(131.957)	34.557
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.338)	(15.338)
Perda atuarial	23(b)	-	-	(372)	-	(372)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	(372)	(15.338)	(15.710)
Absorção de reserva legal	22(b)	-	(5.112)	-	5.112	-
Em 31 de dezembro de 2024		161.464	-	(434)	(142.183)	18.847
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.873)	(16.873)
Ganho atuarial	23(b)	-	-	2.196	-	2.196
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	2.196	(16.873)	(14.677)
Em 31 de dezembro de 2025		161.464	-	1.762	(159.056)	4.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(16.873)	(15.338)
Ajustes			
Depreciações e amortizações	12 e 13	11.814	9.545
Juros e variações monetárias de empréstimos, debêntures e arrendamentos	26	2.922	3.696
Variações monetárias de contingências	20(b)	512	1.008
Juros e variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	18	130	282
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	8	22	2.874
Receitas de permutas		(8.389)	(14.904)
Despesas de permutas		9.334	9.727
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	12	1.316	6.023
Participação no resultado de <i>joint venture</i>		(5.749)	(4.701)
Provisão para contingências	20(b)	6.794	3.632
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11(a)	(418)	5
Outras obrigações		948	854
		<u>19.236</u>	<u>18.041</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		3.919	3.455
Estoques		(1.983)	(1.171)
Impostos a recuperar		552	(130)
Despesas e comissões antecipadas		(83)	(403)
Outras contas a receber		(1.648)	778
Partes relacionadas		(43)	(3.157)
Depósitos judiciais		1.648	1.301
Fornecedores		(4.638)	2.077
Obrigações trabalhistas		(573)	4.481
Adiantamentos de clientes		(2.239)	(4.058)
Contingências	20(b)	(11.139)	(13)
Outras contas a pagar		(4.894)	(1.950)
Imposto de renda e contribuição social		1.189	(80)
		<u>(19.932)</u>	<u>1.130</u>
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais		<u>(17.569)</u>	<u>3.833</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	12 e 13	(5.485)	(4.044)
Dividendos recebidos		7.522	5.161
Aquisição de investimento NZN		(3.744)	-
Incorporação do caixa inicial NZN		3.255	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>1.548</u>	<u>1.117</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e debêntures	14 e 15	52.706	51.060
Amortização de empréstimos e debêntures	14 e 15	(17.400)	(38.948)
Programa de parcelamento fiscal	18	(2.334)	(2.144)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>32.972</u>	<u>9.968</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>16.951</u>	<u>14.918</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	20.187	5.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	<u>37.138</u>	<u>20.187</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>16.951</u>	<u>14.918</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto operacional

A S.A. "O Estado de S. Paulo" (a "Companhia") e suas controladas, Rádio Eldorado Ltda., OESP Mídia e Transportes S.A. e as controladas em conjunto App Media S.A e S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (conjuntamente, "o Grupo"), atuam em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e no provimento de serviços de informações.

A S.A. "O Estado de S. Paulo" foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal "O Estado de S. Paulo", bem como o *site* estadao.com.br.

A OESP Mídia e Transportes S.A. ("OESP Mídia"), constituída em 1989, tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos, a arrecadação de direitos autorais, serviços de internet e serviços de transportes.

A Rádio Eldorado Ltda. ("Rádio"), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A App Media S.A. ("APP"), adquirida em junho de 2015 pela Companhia, tem como objeto social a criação, o planejamento e a produção de serviços de marketing em aparelhos de comunicação móvel.

A S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("SPDL") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

A Agência Estado S.A. ("Agência"), com sede em São Paulo, foi fundada em 1970, e tem como atividade principal a produção e distribuição de informações para empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, veículos de comunicação, investidores pessoas físicas e profissionais liberais.

Como parte de expansão de sua audiência e receitas no ambiente digital, em outubro de 2025 a Companhia adquiriu 100% do controle societário da empresa No Zebra Network S.A. (NZN). A NZN, além de responsável por marcas influentes no universo de tecnologia e cultura digital, como TecMundo, Voxel, Minha Série, Mega Curioso e The BRIEF, tem como atividades principais a produção e gestão de conteúdo digital, editorial e jornalístico, tanto no segmento B2C quanto no B2B, oferecendo soluções completas para marcas, como produção de conteúdo sob demanda, projetos *white label*, campanhas customizadas e serviços de curadoria, além de soluções de distribuição e parcerias comerciais.

1.1. Continuidade operacional

A Companhia e suas controladas seguem investindo na transformação digital de seu negócio, através de aquisições, do desenvolvimento de novos produtos e formatos, nas mais diversas plataformas em complemento aos produtos tradicionalmente impressos que apresentam redução de volume.

Como parte de seu plano de investimentos, em 2024 e 2025 houve aporte de recursos na Companhia de R\$ 105 milhões, sendo R\$ 95 milhões em debêntures perpétuas e R\$ 10 milhões integralizados pelos seus acionistas, os recursos estão sendo aplicados na liquidação de passivos e novos investimentos.

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade para a preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por meio de resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2026.

2.2. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno de variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto (*joint ventures*)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos em *joint ventures* não são consolidados, são considerados nos investimentos e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Coligadas

Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e registradas em investimentos.

(b) Empresas incluídas as demonstrações contábeis consolidadas

As empresas incluídas nessa demonstração contábil estão demonstradas a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Domicílio</u>	<u>Participação no consolidado - % (direta e indireta)</u>
S.A. "O Estado de S.Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100
OESP Mídia e Transportes S.A.	Direitos autorais, publicidade, internet e transportes	Brasil	100
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiofusão, sons e imagens	Brasil	100
No Zebra Networks S.A. (NZN)	Serviços de produção e gestão de conteúdo digital	Brasil	100 (ii)
APP Media S.A.	Serviço de marketing em dispositivos móveis	Brasil	45 (i)
São Paulo Distribuição e Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50 (i)
Agência Estado S.A.	Fornecimento de conteúdo	Brasil	10 (i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(ii) Adquirida em outubro/2025.

(c) Novas normas, alterações e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração da Norma IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A alteração não acarretou em impactos para a Companhia, por três razões principais: i) a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; ii) a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e iii) Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.
- Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de Companhias em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7): esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento de passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

(d) Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 sobre PECLD de contas a receber, nº 10 impostos a recuperar, nº 2.9 sobre a vida útil do ativo imobilizado e nº 20 sobre provisões para contingências.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não possui ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. Não há impacto nos saldos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido decorrentes da reforma tributária.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos na geração de caixa e lucros futuros que serão beneficiados em função da possibilidade de créditos de CBS e IBS nas aquisições, adicionalmente, parte de sua receita classificada como decorrente de empresa jornalística será imune.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (moeda funcional).

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1. Instrumentos financeiros - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

(b) Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os ativos financeiros pelo custo amortizado da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, conseqüentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado.

2.5.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.3. *Impairment* de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhora na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e serviços de internet no decurso normal das atividades das empresas da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 15%, com adicional de 10% sobre o que exceder R\$ 240/ano, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e benfeitorias	25
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Direitos de uso - arrendamentos	3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A vida útil não sofreu alteração em relação ao exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10. Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares*, sistemas ou portais (*sites*), que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* ou sistema para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* ou sistema e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* ou sistema pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software* ou sistema;
- O gasto atribuível ao *software* ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software* ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software* ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais, seguindo as premissas da norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais ativos (imóveis, rotativos e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requerem nenhum tipo de ajuste.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

2.16. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria - contribuição definida

As empresas da Companhia participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria - benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.17. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções). Portanto, a Companhia reconhece a receita de venda sempre que for provável que os recursos econômicos da transação fluam para a entidade e que, todas as obrigações de desempenho contratadas pelo cliente tenham sido cumpridas, que se dá no momento da transferência de posse e propriedade dos ativos e serviços ao comprador.

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais. Se a Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos.

(b) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez.

A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas da Companhia é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal é denominado em dólar norte-americano e em alguns casos em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos (*hedge*) destinadas à proteção cambial dos financiamentos de importação.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Indexador	Cotação	Taxa de juros ao ano - %	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira	US\$	5,5024	-	3.194	2.514
Passivos em moeda estrangeira	US\$	5,5024	8,5	3.655	11.733

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de commodities

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados *commodities*. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa *commodity* não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os *ratings* divulgados ao mercado (nota 7).

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	5.623	1.132	657	108.559
Fornecedores e contas a pagar	42.289	-	-	-
	<u>47.912</u>	<u>1.132</u>	<u>657</u>	<u>108.559</u>
Em 31 de dezembro de 2024				
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	13.700	1.002	532	60.501
Fornecedores e contas a pagar	33.545	8.213	-	-
	<u>47.245</u>	<u>9.215</u>	<u>532</u>	<u>60.501</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade dos principais recebíveis, dívidas e aplicações da Companhia.

Aplicações, clientes e dívidas	Premissas	Cenários			
		Aumento		Redução	
		25%	50%	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI em 31 de dezembro de 2025 - 14,9	603	1.205	(603)	(1.205)
Clientes	USD de 31 de dezembro de 2025 - R\$ 5,5024	527	1.054	(527)	(1.054)
Fornecedores	USD de 31 de dezembro de 2025 - R\$ 5,5024	(173)	(346)	173	346
Financiamento de importação	USD de 31 de dezembro de 2025 - R\$ 5,5024	(430)	(860)	430	860
Total do impacto estimado no resultado		<u>527</u>	<u>1.053</u>	<u>(527)</u>	<u>(1.053)</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

Alavancagem financeira:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	109.137	69.653
Menos - caixa e equivalentes de caixa	<u>(37.138)</u>	<u>(20.187)</u>
Dívida líquida	<u>71.999</u>	<u>49.466</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	37.138	20.187
Contas a receber	<u>44.717</u>	<u>42.581</u>
	<u>81.855</u>	<u>62.768</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	109.137	69.965
Fornecedores e contas a pagar	<u>42.289</u>	<u>41.758</u>
	<u>151.426</u>	<u>111.723</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Operações com derivativos	-	<u>(312)</u>
	<u>-</u>	<u>(312)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	12.629	10.814
Aplicações financeiras	<u>24.509</u>	<u>9.373</u>
	<u>37.138</u>	<u>20.187</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio anual de 101% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e tem liquidez imediata com realização em 90 dias.

A Companhia mantém os saldos de caixa e equivalentes de caixa abaixo aplicados em fundos de investimentos:

Gestor	Fundo	CNPJ	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco do Brasil S.A.	RF LP Empresa	05.786.938/0001-00	1.639	193
Itaú Asset Management.	HIGHGRADE	09.093.883/0001-04	<u>7.330</u>	<u>209</u>
			<u>8.969</u>	<u>402</u>

Os recursos são aplicados pelo maior tempo possível e os resgates são feitos conforme a necessidade de caixa.

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	32.762	12.280
A+(bra)	-	5.452
AA(bra)	608	8
AA	98	2.227
AA-	3.622	-
A-	31	166
A	-	48
Caixa	<u>17</u>	<u>6</u>
	<u>37.138</u>	<u>20.187</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber de clientes	55.384	52.994
(-) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(10.667)</u>	<u>(10.413)</u>
Parcela circulante	<u>44.717</u>	<u>42.581</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	33.098	29.726
Até três meses vencidos	10.111	10.390
Até um ano vencidos	3.732	4.894
Acima de um ano vencidos	<u>8.443</u>	<u>7.984</u>
	<u>55.384</u>	<u>52.994</u>

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	10.413	9.192
Aquisição NZN	307	-
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	22	2.874
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	<u>(75)</u>	<u>(1.653)</u>
Em 31 de dezembro	<u>10.667</u>	<u>10.413</u>

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica, avaliando a perda esperada de forma individualizada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Matérias-primas (i)	7.402	4.080
Importação em trânsito	-	1.447
Outros materiais	<u>741</u>	<u>633</u>
	<u>8.143</u>	<u>6.160</u>

(i) A matéria-prima é composta principalmente de papel, tinta e chapa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ e CSLL - antecipações	5	53
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	2.783	1.961
PIS e COFINS	1.046	980
IPI e outros	127	1.449
INSS	108	-
	<u>4.069</u>	<u>4.443</u>
Parcela circulante	<u>1.933</u>	<u>971</u>
Parcela não circulante	<u>2.136</u>	<u>3.472</u>

11. Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

Em 31 de dezembro de 2025, as empresas OESP Mídia e Transportes S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$36.592 (R\$35.537 em 31 de dezembro de 2024).

Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(17.291)	(15.333)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	5.879	5.213
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre o capital próprio	(112)	(69)
Equivalência patrimonial	1.894	1.463
Diferenças permanentes, temporárias e outras	(7.243)	(6.612)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	418	(5)
Corrente	575	312
Diferido	(157)	(317)
	418	(5)
Taxa efetiva - %	2,4	-

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:

	2025	2024
Prejuízos fiscais de imposto de renda	43.279	43.279
Bases negativas de contribuição social	21.508	21.508
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	8.142	8.142
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5.233	5.233
Outras provisões temporárias	7.916	9.204
	86.078	87.366

(c) Movimentação dos impostos diferidos:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	87.366	87.489
Efeito nas variações:		
Variação diferenças temporárias	(1.288)	(123)
Em 31 de dezembro	86.078	87.366

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

Ano de realização	2025	2024
2027	1.407	2.787
2028	1.835	4.456
2029	3.164	6.258
2030	4.685	8.758
2031	6.228	10.548
2032	8.325	12.499
2033 em diante	60.434	42.060
	86.078	87.366

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de uso - arrendamentos (***)	Imobilizado em operação	Obras em andamento (**)	Total do imobilizado
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	40	907	2.141	10.083	-	320	-	13.491	1.104	14.595
Aquisição	-	-	2.156	1.313	3.569	462	-	7.500	1.695	9.195
Baixas	(40)	-	-	(995)	(888)	-	-	(1.923)	-	(1.923)
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(820)	(820)
Depreciação	-	(49)	(1.345)	(3.547)	(260)	(124)	-	(5.325)	-	(5.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	858	2.952	6.854	2.421	658	-	13.743	1.979	15.722
Custo total	-	1.453	92.869	219.820	3.614	12.833	-	330.589	1.979	332.568
Depreciação acumulada	-	(595)	(89.917)	(212.966)	(1.193)	(12.175)	-	(316.846)	-	(316.846)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	-	858	2.952	6.854	2.421	658	-	13.743	1.979	15.722
Aquisição NZN	-	21	125	98	-	59	201	504	-	504
Aquisição	-	-	597	1.619	-	128	3.063	5.407	2.350	7.757
Baixas	-	-	(12)	(12)	(1.292)	-	-	(1.316)	-	(1.316)
Transferências (*)	-	-	(2.019)	-	-	-	2.019	-	(1.536)	(1.536)
Depreciação	-	(55)	(515)	(4.426)	(260)	(125)	(1.982)	(7.363)	-	(7.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	824	1.128	4.133	869	720	3.301	10.975	2.793	13.768
Custo total	-	2.665	91.014	221.871	2.254	13.359	7.589	338.752	2.793	341.545
Depreciação acumulada	-	(1.841)	(89.886)	(217.738)	(1.385)	(12.639)	(4.288)	(327.777)	-	(327.777)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	-	824	1.128	4.133	869	720	3.301	10.975	2.793	13.768

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível;

(**) As Obras em andamento correspondem a projetos ainda em fase de execução;

(***) Os arrendamentos se referem à locação de veículos e *notebooks*.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Marcas, patentes e outros (**)	Softwares	Desenvolvimento e implementação de sistemas	Desenvolvimento e implementação de portais (sites)	Total do intangível
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	4.783	2.178	7.934	3.129	18.024
Aquisição	-	14	218	-	232
Baixas	(4.100)	-	-	-	(4.100)
Transferências (*)	-	-	485	335	820
Amortização	(30)	(560)	(2.538)	(1.092)	(4.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	653	1.632	6.099	2.372	10.756
Custo total	1.350	5.815	62.428	26.470	96.063
Amortização acumulada	(697)	(4.183)	(56.329)	(24.098)	(85.307)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	653	1.632	6.099	2.372	10.756
Aquisição NZN	2.103	45	-	911	3.059
Aquisição	-	-	791	-	791
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências (*)	-	-	511	1.025	1.536
Amortização	-	(564)	(2.515)	(1.372)	(4.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.756	1.113	4.886	2.936	11.691
Custo total	3.453	6.028	65.210	32.067	106.758
Amortização acumulada	(697)	(4.915)	(60.324)	(29.131)	(95.067)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	2.756	1.113	4.886	2.936	11.691

(*) Transferências do ativo imobilizado para o intangível; e

(**) Marcas, patentes e outros não possuem vida útil definida.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição:

	Indexador	Taxa média de juros ao ano - %	2025	2024
Exterior				
Financiamento de importação	US\$	8,5	2.607	1.886
Capital de giro	US\$	9,0	-	7.011
			<u>2.607</u>	<u>8.897</u>
Nacionais				
Capital de giro	Selic	8,7	-	2.632
			<u>-</u>	<u>2.632</u>
			<u>2.607</u>	<u>11.529</u>

(b) Movimentação:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>11.529</u>	<u>13.641</u>
Captações:		
Capital de giro	6.411	9.024
Financiamentos de fornecedores	<u>4.707</u>	<u>6.198</u>
	<u>11.118</u>	<u>15.222</u>
Amortização		
Amortização cessão de títulos	(15.130)	(19.724)
Juros e variações monetárias	<u>(5.990)</u>	<u>-</u>
	<u>1.080</u>	<u>2.390</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.607</u>	<u>11.529</u>

Em 2025 e 2024, a S.A. "O Estado de S. Paulo" consta como garantidora em contratos de empréstimos firmados entre a Agência Estado S.A. e bancos, contratos estes firmados antes de 2024.

15. Debêntures

	2025	2024
Em 1º de janeiro	<u>55.358</u>	<u>18.244</u>
Captação	45.638	42.036
Fornecedor convertido em debênture	-	12.996
Amortização	-	(19.224)
Juros	<u>1.189</u>	<u>1.306</u>
Em 31 de dezembro	<u>102.185</u>	<u>55.358</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>102.185</u>	<u>55.358</u>

15.1. Terceira e quarta emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. "O Estado de S. Paulo", na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

Em janeiro de 2018, a S.A. "O Estado de S. Paulo" realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$ 69.600, destinada à quitação antecipada da 3ª (terceira) emissão e ao reforço de seu capital de giro.

Em 2020 foi feito o primeiro aditamento da 4ª emissão onde foi alterado principalmente o fluxo de pagamentos, definidas regras para pagamentos intermediários, dispensa do cumprimento dos *covenants* para o ano de 2020 e a remuneração passou a ser de 3,75% a.a.

Em 2021 foi feito o segundo aditamento da 4ª emissão onde foi alterado principalmente o fluxo de pagamentos, em razão de amortizações extraordinárias (*cash sweep*) feitas em abril de 2021.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi concedido "*standstill*" pelos debenturistas, postergando o pagamento para 1º de abril de 2024, originalmente a parcela venceria em 20 de dezembro de 2023, mantendo a incidência dos juros remuneratórios até a data efetiva do pagamento.

As debêntures da 4ª emissão foram integralmente quitadas em 15 de maio de 2024.

15.2. Quinta, Sexta e Sétima emissão de debêntures

Em 25 de março de 2024, a S.A. "O Estado de S. Paulo" assinou a escritura da 5ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações. O valor da operação totalizou R\$ 45.000, com prazo de vencimento em 10 anos, prorrogáveis por mais 10 anos, e a remuneração será com base na Taxa Referencial (TR) divulgada pelo BACEN. O valor será integralizado em 3 tranches iguais, a primeira foi recebida em 13 de maio de 2024, a segunda foi recebida em 14 de maio de 2025 e a terceira está prevista para maio de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de abril de 2024 foi assinada a 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 12.996, não conversíveis em ações e vencimento em 31 de julho de 2033, a remuneração ocorrerá através da participação nos lucros, caso a Companhia distribua resultados a seu acionista. Não houve entrada de recursos financeiros na Companhia, mas a conversão de obrigação com fornecedor em debêntures.

Em 13 de maio de 2024 foi assinada a 7ª emissão de debêntures perpétuas no valor de R\$ 97.500, conversíveis em ações e com participação nos lucros, caso a Companhia distribua resultados a seu acionista. O valor será integralizado em 3 tranches iguais, a primeira foi recebida em 13 de maio de 2024, a segunda foi recebida em 14 de maio de 2025 e a terceira está prevista para maio de 2026.

Os valores recebidos na 5ª e 7ª emissão de debêntures foram utilizados para amortização do saldo das debêntures da 4ª emissão, liquidação de passivos e para investimento nos projetos de crescimento da Companhia.

16. Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	39.081	35.327
Fornecedores estrangeiros	<u>1.048</u>	<u>2.821</u>
	<u>40.129</u>	<u>38.148</u>
Circulante	<u>40.129</u>	<u>29.935</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>8.213</u>

Nos saldos apresentados estão descontadas as operações financiamento de fornecedores estrangeiros (Finimp). Os valores de Finimp apresentam saldo de R\$ 2.607 em 2025 (2024 - R\$ 8.912). Para os casos financiados, os vencimentos são de até 180 dias para risco sacado e 300 dias para Finimp, contados a partir do prazo de vencimento acordado com os fornecedores, e as taxas negociadas estão divulgadas na nota 14.

17. Obrigações trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
INSS a recolher	2.267	1.743
FGTS a recolher	1.453	1.187
Provisão de férias e encargos	16.477	15.593
IRRF	3.051	2.956
Outras obrigações trabalhistas	<u>5.061</u>	<u>6.521</u>
	<u>28.309</u>	<u>28.000</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Programa de parcelamento fiscal

Segue abaixo a movimentação de parcelamento fiscal dos dois últimos exercícios:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	2.608	4.470
Aquisição NZN	63	-
Atualização monetária	130	282
Pagamentos efetuados	(2.334)	(2.144)
Em 31 de dezembro	467	2.608
Circulante	467	2.235
Não circulante	-	373

Em 2021, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento fiscal que foi promulgado pelo Governo Federal para reforço de caixa das empresas, em razão da pandemia de Covid-19.

Foram incluídos no programa de parcelamento fiscal valores devidos de PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos, da Contribuição Provisória sobre Receita Bruta (CPRB) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

A permanência nos programas de parcelamentos depende do adimplemento dos pagamentos dos tributos federais e previdenciários correntes e dos parcelamentos. A inadimplência poderá gerar a exclusão dos programas de pagamentos. A Companhia está adimplente e atendendo aos critérios para a permanência no programa.

19. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas referem-se a prestação de serviços, repasse de despesas da estrutura de *backoffice*, condomínio e mútuo.

	Natureza	2025	2024
<u>Ativo circulante</u>			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e repasse de despesas	127	74
		127	74
<u>Ativo não circulante</u>			
APP Media S.A.	Mútuo	2.458	2.458
		2.458	2.458
<u>Passivo circulante</u>			
OESP Empreendimentos e Participações S.A.	Repasse de despesas	167	157
		167	157

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia totalizaram R\$ 4.984 em 2025 (2024- R\$ 3.894).

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário) e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) no programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 23). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

20. Provisão para Contingência - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2025			2024		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Cíveis e lei de imprensa	(329)	889	560	(329)	994	665
Trabalhistas	(1.348)	13.137	11.789	(1.637)	17.165	15.528
Tributário	(203)	3.895	3.692	(636)	643	7
	<u>(1.880)</u>	<u>17.921</u>	<u>16.041</u>	<u>(2.602)</u>	<u>18.802</u>	<u>16.200</u>
Parcela circulante	(332)	11.892	11.560	(2.168)	11.885	9.717
Parcela não circulante	(1.548)	6.029	4.481	(434)	6.917	6.483

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo total desses depósitos judiciais, atualizado, é de R\$ 5.252 (2024 - R\$ 7.357).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	2025	2024
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	994	1.146
Baixas líquidas	(105)	(152)
Em 31 de dezembro	<u>889</u>	<u>994</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	17.165	13.993
(Baixas) / adições líquidas	(4.029)	3.172
Em 31 de dezembro	<u>13.136</u>	<u>17.165</u>
Tributário		
Em 1º de janeiro	643	836
Aquisição NZN	3.674	-
Baixas líquidas	(422)	(193)
Em 31 de dezembro	<u>3.895</u>	<u>643</u>

(i) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(ii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 52.849 em 31 de dezembro de 2025 (2024 - R\$ 55.780), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado, referem-se a:

- Auto de infração na S.A "O Estado de S. Paulo" visando à cobrança de ICMS sobre a publicidade veiculada no jornal online - R\$ 16.027;
- Auto de infração de ICMS lavrado na Oesp Mídia e Transportes S.A., sob a alegação de que a empresa deixou de recolher ICMS no período de janeiro a dezembro/2013, referente a publicação de publicidade no portal ILOCAL - R\$ 13.278;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Processo trabalhista pleiteando vínculo empregatício e outras verbas trabalhistas - R\$ 7.669;
- Auto de infração referente à cobrança de COFINS sobre importação de papel destinado à impressão de jornais - R\$ 5.622;
- Processos administrativos referentes à compensação de saldo negativo de IRPJ - R\$ 6.084;
- Multa isolada referente a não homologação de processo administrativo de compensação de créditos - R\$ 777;
- Impugnação referente a crédito apurado pelo Grupo Abril ser inferior ao apurado pelo financeiro da Companhia - R\$ 1.014;
- Processos administrativos referentes à compensação de saldo negativo de CSLL - R\$ 1.140;
- Embargo à execução de penhora de bem de valor superior ao débito - R\$ 188;
- Outros processos cíveis - R\$ 205.

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

21. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 17.200 em 2025 (2024 - R\$ 19.291), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujos exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade e eventos.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia é composto de 4.719.814 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que corresponde ao montante de R\$ 161.464.

(b) Reserva legal

Em 2024, o saldo de reserva legal da S.A. "O Estado de S. Paulo" foi compensada com prejuízos acumulados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

A Companhia, como co-patrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu com R\$ 112 em 2025 (2024 - R\$ 125).

(b) Benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado *pro rata* sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

Valor presente das obrigações pós-emprego	2025	2024
Acionistas	2.625	6.189
Ex-empregados	2.855	3.373
Total	5.480	9.562
(-) Parcela do circulante	1.243	2.083
Parcela não circulante	4.237	7.479

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tábua AT-2000 básica e considera a taxa de desconto de 11,49% a.a. e taxa de inflação de 3,50% a.a.

	2025	2024
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	948	854
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	3.327	(566)
Efeito tributário	(1.131)	194
Ganho / (perda) atuarial, líquida de imposto	2.196	(372)
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	1.762	(434)

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	9.562	10.278
Custo financeiro	948	854
Remensurações atuariais	(3.327)	566
Benefícios pagos	<u>(1.703)</u>	<u>(2.136)</u>
Em 31 de dezembro	<u>5.480</u>	<u>9.562</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>2025</u>	<u>Percentual</u> <u>2024</u>
Taxa de desconto	11,4	11,1
Taxa de inflação	3,5	3,5
Aumentos salariais futuros	3,5	3,5
Aumentos de planos de pensão futuros	3,5	3,5

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido:

	<u>Mudança na</u> <u>premissa</u>	<u>Aumento na</u> <u>premissa</u>	<u>Redução na</u> <u>premissa</u>
Taxa de desconto	1%	189	(206)
Expectativa de vida	1 ano		

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

- (i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão da Companhia são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação);
- (ii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 3,9 anos.

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025 Benefícios de aposentadoria	1.243	1.101	2.543	2.361	7.248

24. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	441.496	422.659
Deduções de vendas	(62.879)	(58.360)
Receita operacional líquida	<u>378.617</u>	<u>364.299</u>

A Companhia não possui clientes significativos, que tenham superado o percentual de 10% do total da receita líquida no exercício de 2025.

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos e despesas operacionais, por natureza

	2025					2024				
	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Matéria-prima	(30.544)	(26)	-	-	(30.570)	(28.297)	(21)	-	-	(28.318)
Pessoal	(78.967)	(76.592)	(36.575)	1.047	(191.087)	(71.823)	(66.021)	(32.792)	(2.398)	(173.034)
Serviços de terceiros	(19.142)	(14.777)	(15.442)	-	(49.361)	(18.206)	(14.469)	(12.980)	-	(45.655)
Despesas assistenciais	(1.659)	(3.082)	420	-	(4.321)	(1.253)	(2.210)	(92)	-	(3.555)
Promoção e propaganda	(185)	(36.489)	(2.577)	-	(39.251)	(512)	(32.242)	(180)	-	(32.934)
Promoção e propaganda - permuta	-	(1.994)	(993)	-	(2.987)	-	(4.086)	(31)	-	(4.117)
Depreciações e amortizações	(3.737)	(3.970)	(4.107)	-	(11.814)	(2.529)	(4.032)	(2.986)	-	(9.547)
Fretes e carretos	-	(10.817)	(19)	-	(10.836)	(377)	(18.844)	-	-	(19.221)
Despesas com comissões e bonificações	(64)	(10.510)	(79)	-	(10.653)	(13)	(7.400)	(186)	-	(7.599)
Locação de veículos	(685)	(3.801)	(165)	-	(4.651)	(841)	(4.141)	(501)	-	(5.483)
Aluguéis de edifícios, máquinas e equipamentos	(811)	-	(190)	-	(1.001)	(820)	-	(89)	-	(909)
Viagens	(1.260)	(1.417)	(301)	-	(2.978)	(1.247)	(698)	(112)	-	(2.057)
Comunicações	(163)	(388)	(403)	-	(954)	(245)	(373)	(396)	-	(1.014)
Hardware e software	(745)	(3.715)	(12.892)	-	(17.352)	(637)	(1.713)	(10.953)	-	(13.303)
Despesas com utilidades (água, luz e gás)	(55)	(10)	(4.181)	-	(4.246)	(49)	(11)	(5.002)	-	(5.062)
Materiais	(352)	(211)	(403)	-	(966)	(375)	(674)	(508)	-	(1.557)
Receitas extraordinárias	-	-	-	1.347	1.347	-	-	-	1.431	1.431
Outras despesas e receitas (*)	(10.224)	(9.613)	(2.360)	8.996	(13.201)	(6.455)	(15.015)	(700)	5.218	(16.952)
Outras despesas - permuta	-	(168)	-	-	(168)	-	(513)	-	-	(513)
	<u>(148.593)</u>	<u>(177.580)</u>	<u>(80.267)</u>	<u>11.390</u>	<u>(395.050)</u>	<u>(133.679)</u>	<u>(172.463)</u>	<u>(67.508)</u>	<u>4.251</u>	<u>(369.399)</u>

(*) Em 2025, compensações de créditos tributários de IPI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	4.840	1.248
Outras receitas financeiras (*)	<u>8.775</u>	<u>911</u>
	<u>13.615</u>	<u>2.159</u>
Despesas financeiras		
Juros remuneratórios sobre debêntures	(1.189)	(980)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(2.043)	(3.089)
Outras despesas financeiras	<u>(11.346)</u>	<u>(7.680)</u>
	<u>(14.578)</u>	<u>(11.749)</u>
Variações cambiais		
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	310	(268)
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos	<u>(205)</u>	<u>(375)</u>
	<u>105</u>	<u>(643)</u>
	<u>(858)</u>	<u>(10.233)</u>

(*) Selic sobre recuperação de crédito de IPI - R\$ 3.955; recuperação de crédito de FGTS inativo - R\$ 3.362;

(**) Em razão de variações monetárias.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em 2025 no montante de R\$ 759.942 (2024 - R\$ 762.268), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.